



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO

Nível Superior

CARGO

1 Analista Judiciário Área: Administrativa

MANHÃ

Aplicação: 6/7/2008

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém **CENTO E CINQUENTA** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 150, seguidos da prova discursiva acompanhada de espaço para rascunho.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

É preferível sofrer uma injustiça a praticá-la.

- 3 O espaço para rascunho é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou haja discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 6 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 8 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 9 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 10 A duração das provas é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 11 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 12 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 13 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **8/7/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **9 e 10/7/2008** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **5/8/2008** – Resultados final das provas objetivas e provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.
- IV **6 e 7/8/2008** – Recursos (prova discursiva): conforme determinações contidas no item II.
- V **29/8/2008** – Resultado final da prova discursiva e convocação para a perícia médica: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 1 – STF, de 10/4/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 150 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Sempre que utilizadas, as siglas subseqüentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: DF = Distrito Federal; LRF = Lei de Responsabilidade Fiscal; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; TCU = Tribunal de Contas da União.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Hoje o sistema isola, atomiza o indivíduo. Por isso seria importante pensar as novas formas de comunicação. Mas o sistema também nega o indivíduo. Na economia, por exemplo, mudam-se os valores de uso concreto e qualitativo para os valores de troca geral e quantitativa. Na filosofia aparece o sujeito geral, não o indivíduo. Então, a diferença é uma forma de crítica. Afirmar o indivíduo, não no sentido neoliberal e egoísta, mas no sentido dessa idéia da diferença é um argumento crítico. Em virtude disso, dessa discussão sobre a filosofia e o social surgem dois momentos importantes: o primeiro é pensar uma comunidade auto-reflexiva e confrontar-se, assim, com as novas formas de ideologia. Mas, por outro lado, a filosofia precisa da sensibilidade para o diferente, senão repetirá apenas as formas do idêntico e, assim, fechará as possibilidades do novo, do espontâneo e do autêntico na história. Espero que seja possível um diálogo entre as duas posições em que ninguém tem a última palavra.

Miroslav Milovic. *Comunidade da diferença*.
Relume Dumará, p. 131-2 (com adaptações).

Com referência às idéias e às estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 Depreende-se do texto que “pensar as novas formas de comunicação” (l.2) significa isolar ou atomizar o indivíduo.
- 2 Preservando-se a correção gramatical do texto, bem como sua coerência argumentativa, a forma verbal “mudam-se” (l.4) poderia ser empregada também no singular.
- 3 O conectivo “Então” (l.6) estabelece uma relação de tempo entre as idéias expressas em duas orações.
- 4 A partir do desenvolvimento das idéias do texto, conclui-se que a palavra “crítico” (l.9) está sendo empregada como **crucial, perigoso**.
- 5 O emprego de “Em virtude disso” (l.9) mostra que, imediatamente antes do termo “o social” (l.10) está subtendida a preposição **de**, que, se fosse explicitada, teria de ser empregada sob a forma **do**.
- 6 A expressão “por outro lado” (l.13) explicita a caracterização do segundo dos “dois momentos importantes” (l.10-11).
- 7 Como o último período sintático do texto se inicia pela idéia de possibilidade, a substituição do verbo “tem” (l.18) por **tenha**, além de preservar a correção gramatical do texto, ressaltaria o caráter hipotético do argumento.

1 O agente ético é pensado como sujeito ético, isto é, como um ser racional e consciente que sabe o que faz, como um ser livre que escolhe o que faz e como um ser responsável que responde pelo que faz. A ação ética é balizada pelas idéias de bem e de mal, justo e injusto, virtude e vício. Assim, uma ação só será ética se consciente, livre e responsável e será virtuosa se realizada em conformidade com o bom e o justo. A ação ética só é virtuosa se for livre e só o será se for autônoma, isto é, se resultar de uma decisão interior do próprio agente e não de uma pressão externa. Evidentemente, isso leva a perceber que há um conflito entre a autonomia da vontade do agente ético (a decisão emana apenas do interior do sujeito) e a heteronomia dos valores morais de sua sociedade (os valores são dados externos ao sujeito). Esse conflito só pode ser resolvido se o agente reconhecer os valores de sua sociedade como se tivessem sido instituídos por ele, como se ele pudesse ser o autor desses valores ou das normas morais, pois, nesse caso, ele será autônomo, agindo como se tivesse dado a si mesmo sua própria lei de ação.

Mariena Chaui. *Uma ideologia perversa*.
In: *Folhaonline*, 14/3/1999 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito da organização das estruturas lingüísticas e das idéias do texto acima.

- 8 Depreende-se do texto que “agente” e “sujeito”, ambos na linha 1, não são sinônimos, embora possam remeter ao mesmo indivíduo.
- 9 De acordo com as relações argumentativas do texto, se uma ação não for “virtuosa” (l.7), ela não resulta de decisão interior; se não for “ética” (l.6), ela não será consciente, livre e responsável.
- 10 É pela acepção do verbo **levar**, em “leva a perceber” (l.11), que se justifica o emprego da preposição “a” nesse trecho, de tal modo que, se for empregado o substantivo correspondente a “perceber”, **percepção**, a preposição continuará presente e será correto o emprego da crase: à percepção.
- 11 Os sinais de parênteses nas linhas de 12 a 15 têm a função de organizar as idéias que destacam e de inseri-las na argumentação do texto; por isso, sua substituição pelos sinais de travessão preservaria a coerência textual e a correção do texto, mas, na linha 15, o ponto final substituiria o segundo travessão.
- 12 A expressão “Esse conflito” (l.15) tem a função textual de recuperar a idéia de “heteronomia” (l.13).
- 13 A organização das idéias no texto mostra que, em suas duas ocorrências, o pronome “ele”, na linha 17, refere-se textualmente a “agente” (l.15).

1 Aceitar que somos indeterminados naturalmente,
que seremos lapidados pela educação e pela cultura, que
disso decorrem diferenças relevantes e irreduzíveis aos genes
4 é muito difícil. Significa aceitarmos que há algo muito
precário na condição humana. Parte pelo menos dessa
precariedade ou indeterminação alguns chamarão liberdade.
7 Porém nem mesmo a liberdade é tão valorizada quanto se
imagina. Ela implica responsabilidades.

Parece que se busca conforto na condição de coisa.

10 Se eu for objeto, isto é, se eu for natureza, meus males
independem de minha vontade. Aliás, o que está em
discussão não é tanto o que os causou, mas como resolvê-los:
13 se eu puder solucioná-los com um remédio ou uma cirurgia,
não preciso responsabilizar-me, a fundo, por eles. Tratarei a
mim mesmo como um objeto.

16 A postura das ciências humanas e da psicanálise é
outra, porém. Muito da experiência humana vem justamente
de nos constituirmos como sujeitos. Esse papel é pesado. Por
19 isso, quando entra ele em crise — quando minha liberdade
de escolher amorosa ou política ou profissionalmente resulta
em sofrimento —, posso aliviar-me procurando uma solução
22 que substitua meu papel de sujeito pelo de objeto.

Roberto Janine Ribeiro. *A cultura ameaçada pela natureza*.
Pesquisa Fapesp Especial, p. 40 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- 14 O emprego de verbos e pronomes como “somos” (ℓ.1), “se busca” (ℓ.9), “eu” (ℓ.10) e “minha” (ℓ.11) mostra que os argumentos se opõem pela ligação de alguns a um sujeito coletivo e, de outros, a um sujeito individual, associando o coletivo a sujeito social e o individual a objeto, coisa.
- 15 As orações que precedem “é” (ℓ.4) constituem o sujeito que leva esse verbo para o singular.
- 16 A substituição de primeira pessoa do plural em “aceitarmos” (ℓ.4) pela forma correspondente não-flexionada, **aceitar**, manteria coerente a argumentação, mas provocaria incorreção gramatical.
- 17 Dadas as relações de sentido do texto, os dois últimos períodos do primeiro parágrafo poderiam ser ligados pelo termo **porque**. Nesse caso, o ponto final que encerra o primeiro desses períodos deveria ser retirado e o termo “Ela” (ℓ.8) deveria ser escrito com letra minúscula.
- 18 A função sintática exercida por “a mim mesmo”, em “Tratarei a mim mesmo” (ℓ.14-15) corresponde a **me** e, por essa razão, também seria gramaticalmente correta a seguinte redação: Tratarei-me.
- 19 O deslocamento do travessão na linha 21 para logo depois de “profissionalmente” (ℓ.20) preservaria a correção gramatical do texto e a coerência da argumentação, com a vantagem de não acumular dois sinais de pontuação juntos.

Julgue o item abaixo, relativo a redação de correspondência oficial.

20 Respeita as normas de redação de documento oficial o seguinte exemplo para a parte final de um relatório:

3. A fim de que sejam evitados novos fatos dessa natureza, sugerimos uma divulgação mais bem consubstanciada nos dispositivos legais que norteiam o funcionamento do referido Departamento que desde o advento de sua criação vem melhorando a olhos vistos no atendimento aos seus objetivos.

Respeitosamente

Brasília, 3.º de abril de 2008

A escalada nos preços dos alimentos diante da forte demanda no mercado mundial mobiliza autoridades em todo o planeta. Desde o ano passado, os preços de alimentos subiram em média 40%. Nos últimos três anos, a alta foi de 83%. O presidente Lula, na Holanda, disse que é necessário produzir mais em nível mundial, mas que não se pode culpar o investimento nos biocombustíveis pela pressão. Segundo ele, o aumento dos preços de alimentos se dá pelo fato de “as pessoas pobres estarem começando a comer” em lugares como China, Índia e América Latina. Para o representante da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil, a crise mundial de alimentos é fruto de ataque especulativo.

Jornal do Brasil, 11/4/2008, p. A17 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos significativos do atual panorama da economia mundial, julgue os itens que se seguem.

- 21 Independentemente das razões que levaram à atual escalada nos preços dos alimentos, é correto afirmar que é da natureza das economias de mercado a majoração do preço de mercadorias quando a demanda por elas é maior do que a produção existente.
- 22 Infere-se do texto que países ricos, emergentes ou pobres, além de organismos multilaterais e de especialistas em geral, concordam quanto à identificação da causa comum determinante para o quadro de inflação dos alimentos hoje existente no mundo.
- 23 No atual cenário mundial, China e Índia se apresentam como países que emergem vigorosamente na economia mundial, o que prova estar em franco declínio a acentuada competitividade que sempre caracterizou a globalização.
- 24 Depreende-se das palavras do presidente Lula que o Brasil fez a opção estratégica de ampliar seus espaços no comércio global mediante o aumento da capacidade brasileira de produzir etanol ainda que às expensas da redução das áreas de plantio de alimentos.
- 25 Um exemplo de ataque especulativo que atinge o setor de alimentos, na linha argumentativa utilizada pelo representante da FAO no Brasil, seria a ampliação dos investimentos para a compra de *commodities* agrícolas.

Em uma inesperada e rara condenação pública à violência no Tibete e à falta de liberdade de imprensa na China, o presidente do Comitê Olímpico Internacional classificou como crise as manifestações populares ocorridas em Londres, Paris e São Francisco, por onde passou a tocha olímpica. Ele deixou claro o desagrado da comunidade esportiva internacional com a repressão ao Tibete e apelou à China para que cumpra o compromisso moral de respeitar os direitos humanos. O Parlamento Europeu sugeriu um boicote à abertura dos jogos e exortou os líderes dos 27 países da União Européia (UE) a tomar uma decisão conjunta.

O Globo, 11/4/2008, capa (com adaptações).

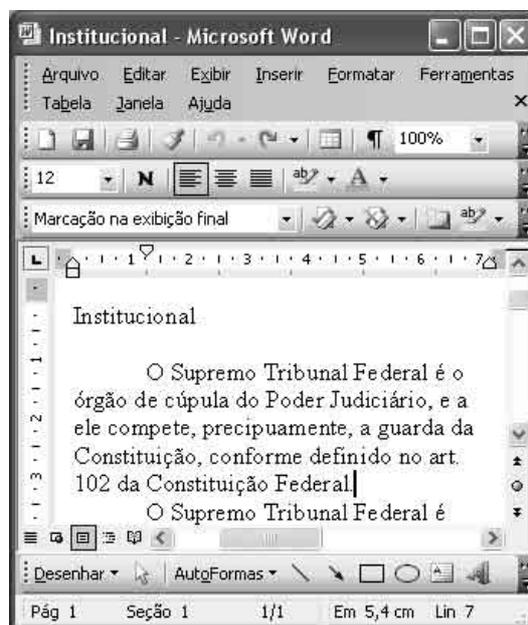
Tendo o texto acima como referência inicial e considerando as múltiplas ramificações do tema por ele abordado, julgue os itens subsequentes.

- 26 Inferre-se do texto que, na atualidade, ao contrário do que ocorria no passado, há inédita apropriação política de eventos esportivos de grande repercussão junto à opinião pública, como é o caso dos Jogos Olímpicos.
- 27 Sede das Olimpíadas de 2008, a China atravessa fase de excepcional crescimento econômico, ampliando seus níveis de consumo e participação no mercado global, ao mesmo tempo em que mantém um regime político forte que não se identifica com o modelo ocidental de democracia.
- 28 Por ser um bloco bastante homogêneo, cujos integrantes se equiparam quanto ao estágio de desenvolvimento econômico e às práticas políticas democráticas, a UE conduz uma política externa consensualmente aprovada pelo Parlamento Europeu, cujas decisões têm força de lei e caráter impositivo.
- 29 Os acontecimentos que envolveram a passagem da tocha olímpica pelas diversas cidades mencionadas no texto expressam uma forma de posicionamento político de setores da sociedade contemporânea em face de determinadas situações, a exemplo da condenação ao terrorismo e da crítica aos rumos da globalização e ao desrespeito aos direitos humanos.
- 30 Em tempos de globalização, as disputas esportivas, sobretudo aquelas que envolvem as modalidades de maior apelo popular, também se subordinam aos mecanismos da economia de mercado, o que implica altos investimentos, grandes estruturas e possibilidades de lucros expressivos.



A figura acima ilustra uma janela do Windows XP, denominada Atividades, que contém uma pasta e dois arquivos. Com relação a essa figura e ao Windows XP, julgue os itens a seguir.

- 31 Ao se clicar o ícone e, em seguida, se clicar , o ícone será reposicionado, passando a ser exibido entre os ícones e .
- 32 A seguinte seqüência de ações permite abrir o arquivo associado ao ícone : clicar o referido ícone; clicar o menu Arquivo; na lista de opções disponibilizadas, clicar a opção Abrir.



A figura acima ilustra uma janela do Word 2003, com um documento em processo de edição. Com relação a essa figura e ao Word 2003, julgue os itens de 33 a 36.

- 33 No menu Editar, encontram-se recursos que permitem recortar ou copiar uma seleção do documento em edição. Esse menu também disponibiliza o recurso denominado Selecionar tudo.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Maria e João, ambos analistas judiciários do STF, sendo ele ocupante de cargo em comissão de CJ 3, iniciaram relacionamento amoroso que resultou no nascimento de um filho. Tal fato promoveu sérias desavenças entre o casal, já que João, por ser casado, não assumiu suas responsabilidades como pai da criança. Maria, então, propôs ação judicial contra João pelo reconhecimento da paternidade, cumulada com pensão alimentícia. João, além de se negar a fornecer material genético, pagou R\$ 300,00 ao oficial de justiça para demorar em citá-lo no processo. Maria, chateada com o fato, falou mal de João enquanto tomava café com Joana, sua amiga e servidora do STF, na lanchonete que fica no anexo. Joana, por sua vez, estava no referido local, tendo avisado a sua chefe que sairia do seu setor para ir ao serviço médico, já que estaria com dor de cabeça, fato esse inverídico.

A respeito da situação hipotética apresentada e de acordo com o Código de Ética dos Servidores do STF (CES/STF), julgue os itens subsequentes.

- 41 Ao dificultar a citação judicial e a produção de prova processual, João não violou nenhuma norma de conduta do CES/STF, já que o fato em questão não está relacionado à sua atividade pública.
- 42 Com base no CES/STF, as penalidades passíveis de serem impostas aos servidores envolvidos na referida situação são apenas a advertência ou a censura.
- 43 Joana não cometeu infração ao código de ética ao mentir para sua chefe, pois esse tipo de desculpa é comum no serviço público, não havendo qualquer proibição de que os servidores públicos possam lançar, durante o expediente.
- 44 Ao falar mal de João para Joana, Maria cometeu infração ao CES/STF, já que tal procedimento prejudica a reputação de um outro servidor do STF.
- 45 Na situação descrita, a comissão de ética do STF, composta por três membros, sendo um deles o secretário de controle interno, que a preside, não tem competência para aplicar sanções administrativas aos servidores envolvidos.

34 Para se sublinhar a palavra “precipuaamente”, é suficiente aplicar um clique duplo nessa palavra e, em seguida, clicar o botão . Ao se clicar novamente esse botão, o sublinhado será desfeito.

35 Ao se clicar o botão , será aberta a janela denominada Parágrafo, que permite, entre outras ações, selecionar e imprimir um parágrafo ou um conjunto de parágrafos do documento em edição.

36 Para se substituir, no texto apresentado, o termo “Constituição Federal” pela sigla CF, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: selecionar o referido termo; digitar a sigla CF.



A figura acima mostra uma janela do Internet Explorer 7 (IE7), na qual é exibida parte de uma página da Web. Com relação a essa janela, ao IE7 e a conceitos relacionados à Internet e(ou) a *intranet*, julgue os itens que se seguem.

37 A seqüência de caracteres `http://www.google.com.br` é um exemplo de endereço na Internet. Nesse endereço, os caracteres `http` identificam um protocolo.

38 Ao se clicar o botão , é aberto o programa Outlook Express, que permite o envio e o recebimento de mensagens de correio eletrônico, mediante o acesso, para cada usuário, a uma conta de correio eletrônico.

39 Ao se digitar, no campo específico para inclusão de palavras para pesquisa, as palavras **Supremo Tribunal** e se clicar o botão , será iniciada uma busca por páginas que contenham a expressão exata, mas não páginas que contenham as duas palavras na ordem invertida — **Tribunal Supremo**.

40 Clicar o botão  faz que o *menu* Favoritos seja aberto. Esse *menu* permite o acesso a páginas da Web que tenham sido previamente incluídas em uma lista desse *menu*.

Acerca do Regimento Interno do STF, no que se refere à organização do órgão, julgue os itens seguintes.

- 46 No caso de um cidadão propor reclamação no STF, requerendo, nessa instância, assistência judiciária, cabe ao presidente do STF decidir acerca da concessão ou não da referida assistência antes de ocorrer a sua distribuição.
- 47 A comissão permanente de coordenação tem por atribuição sugerir aos presidentes do tribunal e das turmas, bem como aos ministros, medidas destinadas a prevenir decisões discrepantes, aumentar o rendimento das sessões, abreviar a publicação dos acórdãos e facilitar a tarefa dos advogados.
- 48 O diretor-geral, ao qual compete dirigir a Secretaria do STF, deve ser indicado pelo presidente do tribunal, não carecendo de ser aprovada pelo plenário do órgão a sua nomeação.
- 49 Preenchidos os requisitos legais para ocupar cargo público, uma pessoa poderá ocupar cargo de auxiliar no gabinete de um ministro do STF, mesmo não sendo servidor ocupante do cargo efetivo.
- 50 Um procurador autárquico, mesmo que grande especialista em matéria tributária, não poderá ser nomeado como assessor de ministro, já que esse cargo deve ser ocupado por servidores públicos efetivos do próprio STF.
- 51 A sobrinha de um ministro em atividade do STF não poderá, mesmo que detentora de cargo efetivo do TST, ocupar qualquer cargo em comissão no STF.

Com relação aos atos editados pelo STF, de acordo com seu Regimento Interno, julgue os itens que se seguem.

- 52 Os atos normativos editados pelo tribunal ou por seus órgãos e autoridades entram em vigor 45 dias após devidamente publicados, salvo se dispuserem de modo diverso.
- 53 No Regimento Interno, a deliberação é definida como o ato editado em matéria administrativa que, sem caráter normativo, visa dar solução a casos determinados.

Ministro Gilmar Mendes é eleito presidente do STF

O STF elegeu na tarde desta quarta-feira o ministro Gilmar Mendes como presidente da corte para o biênio 2008-2010. Mendes, que atualmente é vice-presidente do STF, substituiu a ministra Ellen Gracie, atual presidente. O ministro Cezar Peluso foi eleito vice-presidente.

Internet: <www.folhaonline.com.br> (com adaptações).

Com base no texto acima, e de acordo com o Regimento Interno do STF, julgue os próximos itens.

- 54 A ministra Ellen Gracie, mesmo se for a ministra mais antiga do STF, ao deixar o cargo de presidente do órgão não pode presidir a turma que era composta pelo ministro Gilmar Mendes.
- 55 O ministro Cezar Peluso não deixa de integrar a turma de que é membro, pelo fato de passar a ocupar a vice-presidência do órgão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito do direito constitucional, julgue os itens de 56 a 75.

- 56 Lei municipal que obrigue a instalação, em estabelecimento bancário, de equipamentos de segurança é considerada constitucional, pois aborda um assunto de interesse eminentemente local.
- 57 A União não pode intervir em municípios, exceto quando a intervenção ocorrer em município localizado em territórios federais.
- 58 A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil restringe-se aos estados, aos municípios e ao DF, todos autônomos, nos termos da CF.
- 59 Apesar de a CF afirmar categoricamente que o sigilo da correspondência é inviolável, admite-se a sua limitação infraconstitucional, quando se abordar outro interesse de igual ou maior relevância, do que o previsto na CF.
- 60 Todos os direitos e garantias fundamentais previstos na CF foram inseridos no rol das cláusulas pétreas.
- 61 O Ministério Público pode determinar a violação de domicílio para a realização de busca e apreensão de objetos que possam servir de provas em processo criminal, desde que tal violação ocorra no período diurno.
- 62 Desde que o crime envolva desvio de recursos públicos, o Ministério Público, com base no princípio da publicidade e diante do poder de requisitar documentos atribuído aos seus membros, pode promover a quebra de sigilos bancário e fiscal.
- 63 É cabível o estabelecimento de restrições ao direito de liberdade de manifestação do pensamento para evitar lesão a um outro preceito fundamental.
- 64 Em tempo de paz, os direitos de liberdade de locomoção e de liberdade de reunião somente podem ser afastados mediante prévia e fundamentada decisão judicial.
- 65 Um italiano naturalizado brasileiro pode exercer o cargo de deputado federal.
- 66 O cargo de ministro do STJ é privativo de brasileiro nato.
- 67 Governadores e prefeitos podem editar medidas provisórias, desde que exista previsão na constituição estadual ou na lei orgânica municipal, sendo obrigatória a observância do modelo básico adotado pela CF.
- 68 O presidente da República possui imunidade material ou inviolabilidade, também prevista para os parlamentares.
- 69 Pessoas jurídicas e estrangeiros residentes no país são partes legítimas para oferecer acusação à Câmara dos Deputados visando à instauração do processo de *impeachment* do presidente da República.
- 70 Um advogado que, em virtude do quinto constitucional, for nomeado desembargador de um tribunal de justiça estadual adquirirá a vitaliciedade imediatamente, sem a necessidade de aguardar dois anos de exercício.
- 71 Os ministros do STF são nomeados pelo presidente da República, após aprovação da escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

- 72 Compete ao STF processar e julgar originariamente, nas infrações penais comuns, os ministros do próprio STF.
- 73 Os pedidos de extradição formulados por Estado estrangeiro devem ser julgados pelo STJ.
- 74 A Emenda Constitucional n.º 45/2004 introduziu a súmula vinculante no direito brasileiro. Para ter o efeito vinculante, a súmula deve ser aprovada por *quorum* qualificado de dois terços dos ministros do STF.
- 75 Os crimes contra a organização do trabalho devem ser julgados na justiça do trabalho.

A respeito do direito administrativo, julgue os itens seguintes.

- 76 A CF confere aos particulares o poder de controlar o respeito ao princípio da moralidade pela administração por meio da ação popular.
- 77 Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade estão previstos de forma expressa na CF.
- 78 Nos municípios em que não exista imprensa oficial, admite-se a publicação dos atos por meio de afixação destes na sede da prefeitura ou da câmara de vereadores.
- 79 Nos processos administrativos, em decorrência do princípio da verdade material, existe a possibilidade de ocorrer a *reformatio in pejus*.
- 80 Servidor que esteja litigando administrativamente com o interessado em um processo administrativo não está necessariamente impedido de atuar nesse processo, pois não existe litígio judicial.
- 81 Como regra geral, são considerados capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezoito anos.
- 82 A garantia de instância (caução) para a interposição de todo e qualquer recurso administrativo está prevista em lei.
- 83 Em procedimentos licitatórios, o princípio da adjudicação compulsória ao vencedor impede que se abra nova licitação enquanto for válida a adjudicação anterior.
- 84 A contratação de artistas consagrados pela crítica ou pelo público é um exemplo de dispensa de licitação.
- 85 A única modalidade de licitação para a qual não se exige edital é o convite.

Com base na doutrina e nas legislações orçamentária e financeira públicas, julgue os itens de 86 a 103.

- 86 A adoção do orçamento moderno está associada à concepção do modelo de Estado que, desde antes do final do século XIX, deixa de caracterizar-se por mera postura de neutralidade, própria do *laissez-faire*, e passa a ser mais intervencionista, no sentido de corrigir as imperfeições do mercado e promover o desenvolvimento econômico.
- 87 Com a Constituição de 1891, que se seguiu à Proclamação da República, a elaboração da proposta orçamentária passou a ser privativa do Poder Executivo, competência que foi transferida para o Congresso Nacional somente na Constituição de 1934.
- 88 Tem-se observado, no Brasil, que o calendário das matérias orçamentárias e a falta de rigor no cumprimento dos prazos comprometem a integração entre planos plurianuais e leis orçamentárias anuais.

- 89 A fixação da meta de *superavit* primário constitui preocupação inicial dos responsáveis pela formulação orçamentária. Nesse sentido, as necessidades de financiamento do setor público no conceito primário correspondem ao *deficit* primário, de cujo cálculo se excluem do *deficit* nominal os efeitos da correção monetária.
- 90 O TCU tem chamado a atenção para o fato de que o Poder Executivo, no afã de assegurar e antecipar o alcance da meta de *superavit* primário, contingencia dotações orçamentárias, promovendo sua descompressão quase ao final do exercício. Isso tem levado à inscrição de elevados valores em restos a pagar, notadamente em restos a pagar processados.
- 91 O orçamento-programa constitui modalidade de orçamento em que a previsão dos recursos financeiros e sua destinação decorrem da elaboração de um plano completo. Para autores como João Angélico, o orçamento-programa distingue-se do orçamento comum, tradicional, porque este inicia-se com a previsão de recursos para a execução de atividades instituídas, enquanto, no orçamento-programa, a previsão da receita é a etapa final do planejamento.
- 92 O orçamento-programa, como atualmente concebido, é instrumento do planejamento e, desse modo, tem de integrar-se aos planos e programas governamentais. A esse propósito, uma das condições para a aprovação de emendas aos projetos de lei do orçamento anual e de suas alterações é a de que sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- 93 Quando o presidente da República veta dispositivo da lei orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional, os recursos remanescentes podem, por meio de projeto de lei de iniciativa de deputado federal ou senador, ser utilizados para abertura de créditos suplementares ou especiais.
- 94 A reabertura de créditos especiais não utilizados, que tiverem sido autorizados até quatro meses antes do encerramento do exercício, está condicionada à existência de *superavit* financeiro apurado no balanço patrimonial, ao final desse mesmo exercício.
- 95 Uma diferença que usualmente se estabelece entre receitas correntes e receitas de capital é o caráter recorrente das primeiras e esporádico das últimas. Do mesmo modo, entre as receitas próprias e as receitas de transferências: as primeiras são livres, e as últimas, vinculadas.
- 96 Receitas imobiliárias e de valores mobiliários constituem receita patrimonial, que se classifica como receita corrente, para qualquer esfera da administração.
- 97 A forma de execução de determinado programa condiciona a classificação da despesa por categoria econômica. Por exemplo, se o ente público oferece diretamente programas de alfabetização, haverá predominância de despesas correntes, com pessoal e encargos; se esses serviços forem terceirizados, haverá também predominância de despesas correntes, só que com serviços de terceiros.
- 98 Na instalação de um órgão público recentemente criado, para que haja contribuição do setor público para a formação do Produto Interno Bruto, deve-se optar pela construção de um prédio, em vez de, simplesmente, adquirir um imóvel já construído.

99 A CF, ao tratar dos créditos extraordinários, referiu-se, corretamente, às despesas imprevistas, e não às imprevisíveis, pois, no primeiro caso, admite-se que houve erro de previsão, enquanto, no segundo, as despesas não podiam mesmo ser previstas.

100 Suponha a situação em que, em virtude da criação de um novo órgão, não havia recursos disponíveis. Verificou-se que:

- ▶ havia insuficiência de arrecadação acumulada, durante o exercício, de R\$ 45.000,00;
- ▶ até então, registrava-se uma economia de despesas de R\$ 60.000,00;
- ▶ o saldo, no balanço financeiro, tinha aumentado em R\$ 15.000,00 durante o exercício.

Com base nesses dados, é correto concluir que seria possível abrir um crédito suplementar de R\$ 30.000,00.

101 Se, na apreciação das contas do governo relativas ao exercício de 2006, o relator do TCU tiver ressalvado o fato de um tribunal regional ter ordenado ou autorizado a realização de despesas, nos últimos dois quadrimestres do mandato de seu presidente, que não podiam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tinham parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem que houvesse suficiente disponibilidade de caixa, nesse caso, pela LRF, a inscrição, em restos a pagar, das despesas empenhadas e não-liquidadas estaria limitada ao saldo da disponibilidade de caixa.

102 Na hipótese de a receita corrente líquida da União atingir, em determinado período, R\$ 400 bilhões, a despesa de pessoal do Poder Judiciário não poderá exceder R\$ 14,4 bilhões.

103 As contas do Poder Judiciário serão apresentadas, no âmbito da União, pelos presidentes do STF e dos tribunais superiores, que, por sua vez, consolidarão as contas dos respectivos tribunais.

Com base nos conceitos gerais e aplicações específicas, e à luz da doutrina e da legislação relativas à administração de recursos humanos, julgue os itens de **104** a **118**.

104 Na era da informação, é crescente a importância do capital intelectual da organização, no qual se insere o denominado capital humano, constituído com os talentos, as competências, a experiência das pessoas. Enquanto o capital físico se desgasta, se deteriora, o conhecimento se valoriza e sedimenta a cada dia.

105 Nas organizações em que a administração de recursos humanos é um órgão de assessoria da presidência, a ela diretamente vinculado, prestando-lhe consultoria e serviços de estafe, as políticas e procedimentos concebidos e desenvolvidos pelo órgão não dependem do aval e da comunicação da presidência para a sua implementação, e sua aplicação é obrigatória por todas as diretorias.

106 As normas de conduta constituem um dos componentes da organização informal. São geralmente escritas e previamente estabelecidas, moldando o comportamento dos indivíduos aos objetivos finalísticos da empresa ou entidade de que fazem parte.

107 No enfoque comportamental na administração, de acordo com a teoria da expectativa, acredita-se que o esforço produz o desempenho e este, o resultado, ao qual as pessoas atribuem valores. Desse modo, a motivação estaria assim representada: $\text{motivação} = \text{expectativa (de que o esforço produz o resultado)} \times \text{valor atribuído ao resultado}$.

108 Uma das principais funções da cultura organizacional é regular as relações entre os membros da organização. A cultura define a tendência à solidariedade e ao associativismo, em contraposição ao individualismo e ao alheamento em relação aos interesses coletivos, diferenciando as organizações e as sociedades.

109 A maneira pela qual um conflito é resolvido influencia os futuros episódios de conflito. No padrão de resolução perder/perder, ambas as partes não abrem mão de coisa alguma e, portanto, nenhuma delas alcança nada do que pretendia, o que encerra o conflito e tende a eliminá-lo no futuro.

110 Nos tempos atuais, a ênfase na gestão de pessoas se deslocou do controle, da padronização, da rotinização, para o estímulo ao envolvimento e ao desenvolvimento dessas pessoas. A falta de atenção às práticas da gestão de pessoas é um grande problema para implementação da gestão pela qualidade.

111 O governo federal tem-se manifestado em relação à política de recursos humanos, no sentido da efetivação dos servidores terceirizados e temporários, em exercício nas atividades-fim da administração e inerentes à função pública. Essa atitude atende às reiteradas recomendações do Ministério Público, do TCU e dos demais órgãos de controle.

112 Na realização de concursos para o serviço público, as provas orais são utilizadas para seleção de pessoal de alto e médio níveis e profissionais técnicos, e podem revelar deficiências que não foram mostradas pelos candidatos por outros instrumentos. Tais provas, consideradas muito confiáveis, requerem pouco tempo para a sua realização, são mais baratas e se destacam por sua objetividade.

113 Uma das desvantagens do recrutamento interno é conhecida como o princípio de Peter: se administrado incorretamente, leva a organização a promover continuamente seus empregados ou servidores, elevando-os até a posição ou função em que demonstram o máximo de sua incompetência.

114 As avaliações de desempenho possibilitam a aferição da eficácia das funções do setor de pessoal de uma organização. Permitem aos administradores avaliar, entre outros aspectos, a adequação das políticas de recrutamento e seleção, a validade das atividades de treinamento e aperfeiçoamento, e a justeza das decisões sobre promoções e transferências.

115 O método da escolha forçada — um dos métodos tradicionais de avaliação do desempenho — tem entre suas vantagens o fato de proporcionar resultados confiáveis e isentos de influências subjetivas e pessoais (eliminando o efeito da generalização), além de ser de aplicação simples, que não exige preparo prévio dos avaliadores.

- 116** A educação a distância é semi-presencial e se realiza com apoio da mídia impressa ou eletrônica. Alunos e professores reúnem-se segundo calendário fixado *a priori*, em local determinado, e se comunicam em horários previamente agendados.
- 117** Uma vantagem do treinamento de integração à organização é a redução no número de demissões ou de ações corretivas, em razão do conhecimento das normas e dos regulamentos relacionados à organização e dos conseqüentes conflitos e sanções resultantes de sua inobservância.
- 118** Estudos recentes mostram que há uma tendência a tratar a competência como um padrão ou critério interno que deve ser alcançado, assim como as qualidades do cargo. A gestão de pessoas é mais focada na obtenção de resultados do que propriamente no desenvolvimento e satisfação das pessoas.

Acerca de administração de materiais nos setores privado e público, julgue os seguintes itens.

- 119** Considerando-se que o retorno de capital decorre da combinação entre rentabilidade das vendas e giro do capital, a situação ideal para a administração de estoques seria diminuir o ativo, mantendo-se as vendas constantes.
- 120** Quanto menos líquidos e mais sujeitos à obsolescência forem os produtos acabados, maiores serão os níveis de estoque que poderão ser suportados.
- 121** Comparando-se os sistemas *just in time* com o tradicional, aqueles envolvem ciclos curtos de produção e requerem flexibilidade para promover alterações de produtos; a indústria tradicional, ao contrário, sempre se beneficiou das economias de escala garantidas pelos longos ciclos.
- 122** Diz-se que um bem móvel classificado como material permanente está sujeito ao tombamento quando ele não pode ser alienado nem modificado, tampouco sua destinação alterada.
- 123** Caso, durante a realização do inventário, a comissão designada para o trabalho identifique e localize bens sem valor conhecido, o procedimento recomendado é atribuir-se um valor simbólico aos bens encontrados.

Com relação aos conceitos e aplicações gerais da administração, julgue os itens de **124** a **135**.

- 124** Na visão de Mintzberg, a organização empresarial é o tipo mais simples de organização, muito centralizada em torno de seu fundador ou controlador. Muitas organizações passam por esse estágio e, sem um grande crescimento, permanecem nele. São mais apreciadas por quem aspira a um acesso direto com o chefe e proximidade com a missão.
- 125** A departamentalização geográfica é especialmente indicada para empresas de varejo, desde que funções como compras ou finanças sejam descentralizadas.
- 126** As funções administrativas, quando consideradas um todo integrado, formam o processo administrativo. O planejamento, a primeira dessas funções, define os objetivos e os planos para alcançá-los. Os orçamentos são os planos relacionados com os recursos financeiros a serem obtidos e utilizados.

- 127** Os padrões de controle são resultantes do processo de planejamento e refletem os objetivos. A título ilustrativo, se o objetivo de um tribunal for democratizar o acesso da população ao Poder Judiciário, o padrão de controle seria a redução dos prazos de tramitação dos processos.
- 128** Na abordagem clássica da administração, manifestaram-se diferentes posições acerca da centralização e da descentralização da autoridade. Defende-se, entretanto, a centralização em situações de mudança e de incerteza, e a descentralização em situações de risco e de crise.
- 129** De acordo com a legislação brasileira, a delegação de competência, um instrumento de descentralização administrativa, só pode ser feita a autoridade diretamente subordinada ao delegante e acarreta a interrupção da delegação quando há mudança do titular do cargo.
- 130** Atribuir uma função quase-judicial às agências reguladoras significa admitir a competência dessas agências já instituídas, para dirimir conflitos de interesse entre agentes que prestam serviços controlados pela agência ou entre esses agentes e os usuários.
- 131** Autarquias ou fundações públicas podem ser qualificadas como agências executivas mediante decreto do Poder Executivo. Para tanto, essas entidades devem ter celebrado contrato de gestão com o respectivo ministro supervisor e ser responsáveis por atividades e serviços exclusivos do Estado.
- 132** Empresas horizontalizadas são aquelas que adotam o modelo da administração de processos. Em tais circunstâncias, representantes dos clientes e fornecedores podem ser colocados como membros de equipes internas.
- 133** O Sistema de Gestão de Contratos (SICON) é um subsistema do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), que, entre outras finalidades, visa efetuar o acompanhamento da execução dos contratos dos órgãos e entidades da administração federal, em consonância com os respectivos cronogramas físico-financeiros.
- 134** O poder público tem a prerrogativa de modificar, unilateralmente, sem prévia concordância do contratado, as cláusulas econômico-financeiras dos contratos administrativos, para adequá-los melhor às finalidades de interesse público.
- 135** O entendimento das forças competitivas de um ramo de negócios é fundamental para o desenvolvimento de uma estratégia para negócios. Uma das forças que atuam nos mercados competitivos é a ameaça de produtos e serviços complementares.

Um indivíduo pretende comprar um veículo que custa R\$ 15.000,00 e a concessionária lhe oferece três opções para pagamento:

- I à vista, com 1% de desconto;
- II em duas prestações mensais e iguais, sem desconto, com a primeira vencendo um mês após a compra;
- III em três prestações mensais e iguais, sem desconto, com a primeira vencendo no ato da compra.

Considerando que esse indivíduo tem a possibilidade de aplicar o seu capital a juros compostos de 0,8% ao mês, e considerando, ainda, 0,992 e 0,984 como valores aproximados de $1,008^{-1}$ e $1,008^{-2}$, respectivamente, julgue os itens a seguir.

- 136** Para o comprador, a opção I é a melhor.
- 137** A opção menos vantajosa para o comprador é a III.
- 138** Se o comprador optar pela opção II, será suficiente que ele possua, no ato da compra, um capital aplicado inferior a R\$ 14.700,00.

Em um tribunal, há 210 processos para serem analisados pelos juízes A, B e C. Sabe-se que as quantidades de processos que serão analisados por cada um desses juízes são, respectivamente, números diretamente proporcionais aos números a , b e c . Sabe-se também que $a + c = 14$, que cabem ao juiz B 70 desses processos e que o juiz C deverá analisar 80 processos a mais que o juiz A. Com relação a essa situação, julgue os itens seguintes.

- 139** O juiz A deverá analisar mais de 35 processos.
- 140** $b = 7$.
- 141** $c < 10$.

Para a coleta de dados para uma pesquisa, uma equipe de técnicos foi contratada. Sabe-se que 3 desses técnicos, em 8 horas de trabalho, conseguem coletar 64% dos dados necessários à pesquisa e que todos os membros da equipe trabalham com a mesma eficiência. Com relação a essa equipe, julgue os itens subseqüentes.

- 142** Cinco desses técnicos, em 6 horas de trabalho, coletam mais de 75% dos dados necessários à pesquisa.
- 143** Seis técnicos dessa equipe coletam 72% dos dados em menos de 5 horas de trabalho.
- 144** Em 3 horas de trabalho, para se coletar 56% dos dados necessários, é preciso a participação efetiva de 4 desses técnicos.

Considerando que um empréstimo de R\$ 3.000,00 tenha sido contratado junto a uma financeira, para ser quitado em um ano, e que 1,51 e 1,04 sejam os valores aproximados de $1,035^{12}$ e $1,60^{\frac{1}{12}}$, respectivamente, julgue os itens que se seguem.

145 Se a taxa de juros nominal anual desse contrato for de 42% e se a capitalização for mensal, a juros compostos, a dívida ao final do período será superior a R\$ 4.000,00.

146 Se o montante da dívida ao final do período for de R\$ 4.800,00, então a taxa de juros compostos nominal anual, com capitalização mensal, será inferior a 50%.

Considere que R\$ 4.000,00 sejam investidos em uma instituição financeira, por determinado período, no qual a taxa de inflação seja de 25%. Em face dessas considerações, julgue os itens a seguir.

147 Se o montante obtido com esse investimento, ao final do período, for de R\$ 6.000,00, então a instituição financeira pagará, nesse período, juros reais superiores a 24%.

148 Se a instituição financeira pagar juros reais de 30% no período considerado, então o montante, ao final desse período, será inferior a R\$ 6.400,00.

Considerando 1,60 e 1,265, respectivamente, como valores aproximados para $1,04^{12}$ e $1,60^{\frac{1}{2}}$, julgue o item abaixo, a respeito de equivalência de taxas de juros.

149 A taxa de juros compostos, nominal, anual, com capitalização semestral que é equivalente à taxa de juros compostos, nominal, anual, de 48% com capitalização mensal é inferior a 50%.

Considere que x e y sejam números reais positivos e que acrescentar 50% de x à soma $x + y$ seja o mesmo que adicionar 20% de $x + y$ à soma $x + y$. Com base nessas informações, julgue o item abaixo.

150 Na situação considerada, x e y são números diretamente proporcionais a 2 e 3, respectivamente.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu normas e consolidou entendimentos aplicáveis à administração orçamentária e financeira, tendentes, em grande medida, a promover e a manter o equilíbrio entre a realização da receita e da despesa. Nesse sentido, o *caput* do art. 16 da Lei Complementar n.º 101/2000 determina que o ato de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado: de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes e de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Tendo o texto acima como referência inicial, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

Requisitos para o aumento da despesa orçamentária nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal

Ao elaborar o seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ significado e alcance das condições fixadas para o aumento das despesas;
- ▶ hipótese(s) de aumento das despesas com dispensa do cumprimento dos requisitos prévios;
- ▶ possíveis conseqüências e desdobramentos da aplicação ou não das disposições da LRF.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

